

REVISTA
BRASILEIRA
DE **SEGURANÇA PÚBLICA**

Volume 13

Número 1

Fevereiro/Março de 2019



ISSN 1981-1659

Expediente

Esta é uma publicação semestral do Fórum Brasileiro de Segurança Pública

ISSN 1981-1659

Rev. bras. segur. pública vol. 13 n.1 São Paulo fevereiro/março 2019

Comitê Editorial

Ludmila Ribeiro (Universidade Federal de Minas Gerais)
Samira Bueno (Fórum Brasileiro de Segurança Pública)

Conselho Editorial

Elizabeth R. Leeds (Centro para Estudos Internacionais (MIT) e Washington Office on Latin America (WOLA)/ Estados Unidos)
Antônio Carlos Carballo (Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro/ Rio de Janeiro/ Brasil)
Christopher Stone (Nova Iorque/Estados Unidos)
Fiona Macaulay (University of Bradford – Bradford/ West Yorkshire/ Reino Unido)
Luiz Henrique Proença Soares (Fundação SEADE – São Paulo/ São Paulo/ Brasil)
Maria Stela Grossi Porto (Universidade de Brasília – Brasília/ Distrito Federal/ Brasil)
Michel Misse (Universidade Federal do Rio de Janeiro - Rio de Janeiro/ Rio de Janeiro/ Brasil)
Sérgio Adorno (Universidade de São Paulo – São Paulo/ São Paulo/ Brasil)

Assistentes Editoriais

David Marques
Isabela Sobral

Equipe RBSP

Samira Bueno, David Marques, Marina Pinheiro, Isabela Sobral, Dennis Pacheco e Eduardo Truglio

Capa e produção editorial

Eduardo Truglio

Endereço

Rua Amália de Noronha, 151, Cj. 405
Pinheiros, São Paulo - SP - Brasil - 05410-010

Telefone

(11) 3081-0925

E-mail

revista@forumseguranca.org.br

Apoio

Open Society Foundations e Ford Foundation.

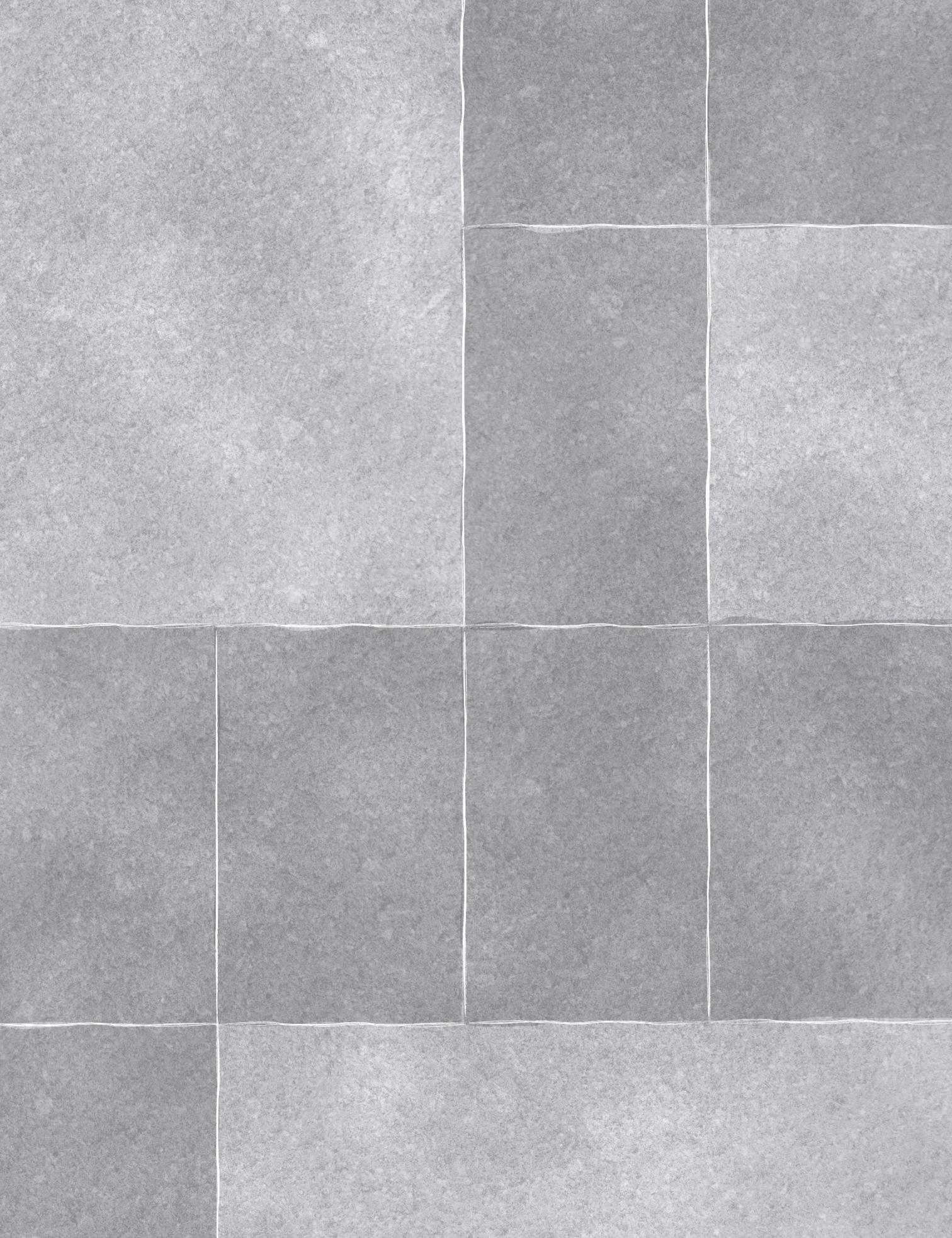
Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Elizabeth Leeds – Presidente de Honra
Elisandro Lotin de Souza – Presidente do Conselho de Administração
Renato Sérgio de Lima – Diretor Presidente
Samira Bueno – Diretora Executiva

Conselhos de Administração e Fiscal

Arthur Trindade Maranhão Costa
Ascânio Rodrigues Correia Junior
Cássio Thyone A. de Rosa
Cristiane do Socorro Loureiro Lima
Daniel Ricardo Cerqueira
Isabel Figueiredo
Jésus Trindade Barreto Jr.

Marlene Inês Spaniol
Paula Ferreira Poncioni
Thandara Santos
Camila Caldeira Nunes Dias
Edson Marcos Leal Soares Ramos
Sérgio Roberto de Abreu



Lacunas sociais no combate à violência de gênero

Fernanda Ledesma

Especialista em Segurança Pública pela Uniasselvi/Verbo Jurídico. Graduada em Administração de Empresas pela Universidade Estadual do Centro-Oeste. Estudante de Direito das Faculdades Santa Cruz de Curitiba.

Artigos

Lacunas sociais no combate à violência de gênero
Fernanda Ledesma

Data de recebimento: 22/07/2018

Data de aprovação: 01/10/2018

DOI: 10.31060/rbsp.2019.v13.n1.829

Resumo

Várias campanhas de conscientização têm sido veiculadas no intuito de prevenir e coibir a violência de gênero. Divulga-se, nos mais variados meios publicitários e sociais, o que caracteriza a violência e incentiva-se a notícia crime (notícia criminis). Todavia, questiona-se se somente ações como essas e a criação de leis são suficientes para refrear esse tipo de violência. Assim, o presente trabalho objetiva o entendimento de fatores históricos e socioculturais que fazem com que a própria mulher aceite a violência contra si e contribua, ainda que involuntariamente, para a perpetuação dessa cultura, bem como analisa o papel das instituições-chave que moldam e direcionam a sociedade na articulação de ações para a transformação dessa realidade. Em suma, busca encontrar e explicar as lacunas sociais que fazem com que o combate à violência de gênero não se efetive.

Palavras -Chave

Violência de gênero; Fatores socioculturais; Lacunas sociais.

Abstract

Social gaps in the combat against gender-based violence

There is a large number of campaigns intending to prevent and avoid the gender violence. It is spread, in the most varied advertising and social media, what characterizes the violence and encourages to report it to the authorities. However, it is questioned if only these actions and the creation of criminal laws are enough to restrain this kind of violence. Therefore, the present paper aims to understand the historical and sociocultural factors that make the women herself accept the violence against her and contribute, although involuntarily, to perpetuate this culture, as well it analyzes the paper of the main institutions that mold and direct the society in the articulation of action to transform this reality. In a nut shell, it objects to find and explain the social gaps that make that the fight against the gender violence doesn't get an effective implementation.

Keywords

Gender violence; Sociocultural factors; Social gaps.

INTRODUÇÃO

O combate à violência contra a mulher é tema que está em voga. Várias campanhas de conscientização têm sido veiculadas procurando divulgar o que caracteriza a violência e incentivando a notícia crime (*notitia criminis*). Todavia, questiona-se se somente ações como essas e a criação de leis como a 11.340 de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha, e a 13.104, a qual altera o art. 121 do Código Penal, bem como o art. 1º da lei 8.072 de 1990, incluindo o feminicídio como qualificador de homicídio e incluindo-o no rol dos crimes hediondos, são suficientes para coibir a violência contra a mulher.

Em uma de suas explicações, Rômulo Ponticelli Giorgi Junior (informação verbal)¹ relata um caso de meados de 2011, de uma aluna de graduação advinda do interior do Rio Grande do Sul, beneficiária de medida restritiva da Lei Maria da Penha. Narra ele que o marido dessa estudante havia sido violento com ela e com as filhas diversas vezes, mas ela se sentia culpada, não aceitava a ideia de ter direito a se separar do marido, acreditava que, ao

se casarem, o marido se tornara seu senhor, com poder para bater nela, caso quisesse. Este pensamento a motivou a ir até os órgãos de persecução criminal e atendimento familiar para retirar a medida restritiva. Ela reatou com o marido e foi assassinada no mesmo dia, morreu de tanto apanhar. Assim, conclui o professor que a falha não fora do Estado, que concedera a medida restritiva, oferecera nova casa, com endereço desconhecido do marido; nas suas palavras,

o que o Estado tem feito é tentar reeducar as mulheres que nasceram em locais [mais conservadores] ou [são] guiadas por religião [segundo a qual] marido tem direito de bater sem que elas reajam, há necessidade de se mostrar à sociedade que isso é errado (informação verbal).¹

Essa história leva à reflexão de que a violência contra a mulher vai muito além do machismo do homem contra a mulher, mas envolve também a educação e o meio social em que a mulher é inserida, aos estímulos e valores que recebe da sociedade que a rodeia, de fatores externos como família, escola e religião, e que acabam se in-

¹ Notas de aula da disciplina Direito Constitucional e Direito Penal Militar do Curso de Especialização em Segurança Pública, do Verbo Jurídico, 2015.

ternalizando, moldando sua personalidade e ditando sua conduta.

Neste contexto, o presente trabalho objetiva o entendimento de fatores históricos e sociais que fazem com que a própria mulher aceite a violência contra si e contribua, ainda que involuntariamente, para a perpetuação dessa cultura. Também analisa o papel das instituições-chave que moldam e direcionam a sociedade, quais sejam, a família, a escola, a religião e a mídia.

A metodologia utilizada é, quanto a sua natureza, qualitativa; quanto aos objetivos, explicativa, que segundo Gil (2008, p. 28) “são aquelas pesquisas que têm como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos”. A técnica de coleta de dados é documental, sendo essa uma fonte “não só de documentos impressos, mas sobretudo de outros tipos de documentos, tais como jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais” (SEVERINO, 2007, p. 123), além de bibliográfica, caracterizada como “aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses, etc.” (SEVERINO, 2007, p. 122).

O artigo se divide em três partes: na primeira delas se trabalha com a construção histórica da dominação masculina e da violência simbólica contra a mulher, a segunda aborda o papel das instituições sociais – família, religião, escola e mídia – para a perpetuação desse cenário apontado na primeira parte e, por fim, apresenta-se como a contribuição de cada instituição para a mudança dos paradigmas sociais

e culturais é de suma importância para o combate à violência de gênero.

Dominação masculina: violência simbólica

A despersonalização da mulher não é uma construção recente, não se sabendo ao certo quando começa a subjugação feminina. Consonante Sánchez (2001, p. 17), Engels atribui esse fenômeno ao surgimento da propriedade privada e da família. Para além disso, bíblicamente Eva é a responsável por desgraçar a humanidade ao se deixar tentar pela serpente, assim como a mitologia grega culpa Pandora por liberar todos os males da humanidade por não conseguir controlar sua curiosidade intrínseca à feminilidade (SÁNCHEZ, 2001).

Aristóteles justificou o papel inferior da mulher por ela não ter alma: “É naturalmente escravo quem tem tão pouca alma e tão poucos meios que deve depender de outrem. E a mulher é para o homem o que o servo é para o amo” (ARISTÓTELES *apud* WEIS, 1990). Isso remete à coisificação da mulher e, sendo ela coisa, pode ser negociada. Dias (2011) demonstra, com exemplo, a concretização dessa condição de mercadoria no regime dotal, que ainda vigora em alguns países e que somente foi extinto do ordenamento jurídico brasileiro com o advento do Código Civil de 2002.

Essa visão da mulher como ser inferior, frágil e submisso culmina no domínio masculino na sociedade, instaurando um sistema de dominação designado de patriarcado:

Pode-se entender por patriarcado a manifestação e institucionalização do domínio masculino sobre

as mulheres e crianças da família, e o domínio que se estende à sociedade em geral. O que implica que os homens tenham poder nas instituições importantes da sociedade, e que privam as mulheres do acesso às mesmas. Assim como também se pode entender que o patriarcado significa uma tomada de poder histórica pelos homens sobre as mulheres, cujo agente ocasional foi a ordem biológica, elevada tanto à categoria política, quanto econômica (MENDES, 2012, p. 101-102).

Saffioti (2004, p. 34-35) explica que a mulher é socializada dentro dessa ordem patriarcal de gênero, a qual

atribui qualidades positivas aos homens e negativas, embora nem sempre, às mulheres, é pequena a porção destas que não portam ideologias dominantes de gênero, ou seja, poucas mulheres questionam sua inferioridade social. Desta sorte, também há um número incalculável de mulheres machistas.

A dominação masculina decorrente da retrocitada ordem social é perpetuada, segundo Bourdieu (2012) e Saffioti (2001), pelo que chamam de violência simbólica, a qual também explica a incapacidade das mulheres em se insurgir contra esse sistema:

Também sempre vi na dominação masculina e no modo como é imposta e vivenciada, o exemplo por excelência desta submissão paradoxal, resultante daquilo que eu chamo de violência simbólica, violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento (BOURDIEU,

2012, p. 7-8).

A violência simbólica impregna corpo e alma das categorias sociais dominadas, fornecendo-lhes esquemas cognitivos conformes a esta hierarquia, como já havia, há muito, revelado. É exclusivamente neste contexto que se pode falar em contribuição de mulheres para a produção da violência de gênero. Trata-se de fenômeno situado aquém da consciência, o que exclui a possibilidade de se pensar em cumplicidade feminina com homens no que tange ao recurso à violência para a realização do projeto masculino de dominação-exploração das mulheres. Como o poder masculino atravessa todas as relações sociais, transforma-se em algo objetivo, traduzindo-se em estruturas hierarquizadas, em objetos, em senso comum (SAFFIOTI, 2001, p. 118-119).

Pesquisas corroboram as afirmações expostas anteriormente. De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea (2014, p. 4):

A sociedade se organiza com base na dominação de homens sobre mulheres, que se sujeitam à sua autoridade, vontades e poder. Os homens detêm o poder público e o mando sobre o espaço doméstico, têm controle sobre as mulheres e seus corpos. Por maiores que tenham sido as transformações sociais nas últimas décadas, com as mulheres ocupando os espaços públicos, o ordenamento patriarcal permanece muito presente em nossa cultura e é cotidianamente reforçado, na desvalorização de todas as características ligadas ao feminino, na violência doméstica, na aceitação da violência sexual. A família patriarcal organiza-se em torno da autoridade masculina; para manter esta autoridade e reafirmá-la, o recurso à violência – física ou psicológica – está sempre presente, seja de maneira efetiva, seja de maneira subliminar. A permanência da família patriarcal como modelo,

positivamente valorizado e desejável, expressa-se nos altos níveis de concordância com algumas frases. Quase 64% dos entrevistados e das entrevistadas² afirmaram concordar total ou parcialmente com a ideia de que “os homens devem ser a cabeça do lar”.

Assim, antes de pensar em artimanhas jurídicas de enrijecimento penal, tem-se que antes falar em mudança na educação e da cultura que permeiam a sociedade brasileira.

As lacunas sociais

Ao se estudar o desenvolvimento das sociedades, percebe-se que a mulher é privada de direitos há um longo tempo. Exemplifica Soraia Mendes (informação verbal)³ que o cárcere das mulheres surgiu antes mesmo das penas privativas de liberdade, pois a elas sempre foram destinados espaços restritos e restringidos, como o lar, o convento, o manicômio e por fim a prisão.

Conforme já explicitado na seção anterior, essa restrição quanto aos espaços que as mulheres podem ocupar e a forma como devem se portar são fruto da violência simbólica, que neutraliza e naturaliza essa imposição de comportamentos que as mulheres devem adotar, refletindo direta e incisivamente no repasse dessas ideias ao longo das gerações:

A dominação masculina encontra assim reunidas todas as condições de seu pleno exercício. A

primazia universalmente concedida aos homens se afirma na objetividade de estruturas sociais e reprodutivas, baseadas em uma divisão sexual do trabalho de produção e de reprodução biológica e social, que confere ao homem a melhor parte, bem como nos esquemas imanentes a todos os *habitus*: moldados por tais condições, portanto objetivamente concordes, eles funcionam como matrizes das percepções, dos pensamentos e das ações de todos os membros da sociedade, como transcendentais históricos que, sendo universalmente compartilhados, impõem-se a cada agente como transcendentais. Por conseguinte, a representação androcêntrica da reprodução biológica e da reprodução social se vê investida da objetividade do senso comum, visto como senso prático, dóxico, sobre o sentido das práticas. E as próprias mulheres aplicam a toda a realidade e, particularmente, às relações de poder em que se veem envolvidas esquemas de pensamento que são produto da incorporação dessas relações de poder e que se expressam nas oposições fundantes da ordem simbólica. Por conseguinte, seus atos de conhecimento são, exatamente por isso, atos de reconhecimento prático, de adesão dóxica, crença que não tem que se pensar e se afirmar como tal e “faz”, de certo modo, a violência simbólica que ela sofre (BOURDIEU, 2012, p. 45).

Constata-se isso quando se observa a discrepante educação dada a meninos e meninas, desde as brincadeiras, até os comportamentos. As atividades e brincadeiras do “universo cor-de-rosa” são em sua maioria desenvolvidas em ambientes fechados. As meninas são criadas numa

2 A pesquisa foi realizada pelo IPEA entre maio e junho de 2013; foram entrevistados 3810 pessoas, de ambos os sexos, residentes nas cinco grandes regiões do Brasil.

3 Soraia da Rosa Mendes, em palestra intitulada “Criminologia Feminista: novos paradigmas”, proferida no I Seminário sobre Encarceramento Feminino e Políticas Públicas do Paraná, em Curitiba, em 30 de novembro de 2016.

concepção beatificada e puritana, são educadas para “ter medo, se manterem submissas, com o estigma de pertencerem ao sexo frágil, precisando ser protegidas e cuidadas” (DIAS, 2015, s/p). As meninas são princesas, delicadas, são treinadas para as tarefas domésticas ao brincarem de casinha, ganharem panelinhas e utensílios para afazeres do lar, bem como para a maternidade, ao cuidarem das suas bonecas. Afinal, as garotas devem estar preparadas para não decepcionar o príncipe. Infere Dias (2015, s/p):

O único e grande sonho de realização é encontrar o príncipe encantado, casar e ser feliz para sempre. Eis que chega o grande dia. Vestida de noiva, com véu e grinalda, é entregue pelo pai ao marido, até que a morte os separe... Aí começa o seu reinado. Seu cetro é a vassoura, sua coroa, quem sabe, uma lata d'água e seu manto, montanhas de roupas para passar. Como lhe ensinaram, a ela cabe o papel de esposa e mãe, sendo responsável pelas tarefas domésticas. Isso inclui limpar, cozinhar, lavar, costurar, fazer compras, além, é claro, de cuidar da educação e do bom desenvolvimento dos filhos, sem descuidar do marido.

Além disso, desde a infância as meninas são estimuladas a serem belas, bem arrumadas e vaidosas. Itens como esmalte, maquiagens e outros apetrechos para ter boa aparência fazem parte do universo infantil feminino.

Já os meninos gozam de uma liberdade maior, não só de brincadeiras, mas também de comportamento. São direcionados para serem super-heróis, ganham carrinhos, espadinhas e outros tipos de armas de plástico, são incitados a competições, lutas e a serem vencedores nestas. Ademais, não é raro ouvir expressões como

“segurem suas cabras que meu bode está solto” para se referir aos meninos com relação às meninas. Ou seja, desde crianças os meninos são ensinados a serem dominadores, pois faz parte da sua masculinidade “pegar” as meninas e ser o “cabeça” dos relacionamentos.

Corroborando o acima exposto, Pereira (2015) relata em sua coluna na Folha de São Paulo situação ocorrida em escolas públicas da periferia de São Paulo, onde os estudantes organizaram uma eleição com um *ranking top 10*, elegendo as garotas mais “vadias”, as que “passam de mão em mão”, e outro *ranking* conclamando os garotos, porém esses não ganham uma conotação negativa, mas sim são “sempre os lindos, os pegadores, os que ‘comem 12 em duas horas’” (PEREIRA, 2015, s/p).

Diante disso, é possível identificar que a diferença de gêneros é imposta e acentuada desde a infância. Afirma Pereira (2015, s/p) que:

Crianças e jovens não devem estar recebendo a mínima orientação sobre igualdade de gênero ou preconceito.

Crescem ainda sob uma nuvem espessa de machismo em que sexo é um direito apenas do homem. A sexualidade da mulher se torna alvo de ataques.

O menino é sempre o ganhão. A menina é sempre a vadia.

Infelizmente, independentemente da classe social, muitos pais ainda educam os filhos de forma diferente. O menino pode, a menina não. Ensinar sobre igualdade de gênero é muito mais do que rosa pode ser uma cor para os garotos e que as meninas também podem brincar de super-heróis.

Também se nota que o machismo não é propagado e praticado somente pelos homens, mas surpreendentemente pelas mulheres. O *ranking* descrito por Pereira (2015) contou com a participação de garotos e garotas. A pesquisa realizada pelo IPEA também contou com a participação de homens e mulheres. Observa-se, ainda, o fato de não ser exceção as mães proibirem meninos de brincar de boneca, pouparem os garotos dos afazeres domésticos e proferirem frases como “esse vai dar trabalho, vai ser o terror da mulherada, as gatinhas que se cuidem”, reforçando a ideia de “macho alfa” e, ao mesmo tempo, estimulando as meninas a serem princesas, não no sentido de sobreviverem às adversidades, mas sim de se prepararem para o casamento e dedicarem suas vidas a serem boas esposas (leia-se donas de casa) e mães, como se não houvesse outra alternativa ou forma de realização.

Ao se sentirem “soberanos”, autoridades máximas da sociedade, os homens se sentem donos de tudo, inclusive das mulheres. Estas não têm forças para reagir, pois naturalizam-se os papéis de submissão e subordinação, ao passo que seria inato ao homem o domínio. Elas, então, reproduzem o modelo que é repassado a elas pela família, pela religião, entre outros.

Nesse sentido, reforçam-se as palavras de Mendes (2012, p. 186):

Destarte, a família é uma peça da engrenagem que alimenta o Estado, e é alimentada pelo mesmo Estado, que dela necessita para garantir a or-

dem de submissão global. Neste sentido, o poder punitivo, portanto, se consolida, em relação às mulheres, de forma transversal na linha de poderes ascendentes, a partir de um conjunto de sujeições, sustentado pela teologia, pela medicina e pelo direito, que conformam um discurso único legitimador do binômio perseguição/repressão.

Exemplos dessa naturalização ocorrem em episódios como o lançamento do livro intitulado **Casada e Submissa**, da autora italiana Constanza Miriano. Diz ela em entrevista cedida a Zahir (2013, s/p) que não tem medo de críticas, “apenas luto pelo bem dos meus filhos e pelo dos outros que não podem se defender, como a Igreja”. Outro exemplo é a abertura de uma Escola de Princesas⁴ que ensina culinária, etiqueta e dicas de beleza para meninas de 4 a 15 anos, pertencente a Silvia Abravanel. Fica evidente a participação espontânea e, talvez, inconsciente da mulher:

Mas algo que não há como discordar, a culpa é nossa! E não, não estou sendo irônica, a propagação destas ideias realmente, é culpa das mulheres. Por quê? Porque na maioria dos casos somos nós quem educamos nossos filhos, nós perpetuamos “tradições”, características de gênero, modelos, estigmas. Ironicamente, estamos corrompidas pelos “bons costumes”. Constanza Miriano é um exemplo de que ninguém julga mais uma mulher do que outra (JALES, 2013, s/p).

Esses fatores remetem à reflexão de que deve haver uma mudança profunda na cultura e nos valores com que são educadas as crianças. A educação faz parte do

⁴ Notícia veiculada no jornal *Estadão* em 12 de outubro de 2016. Disponível em <<https://emails.estadao.com.br/noticias/comportamento/escola-de-princesas-ensina-etiqueta-culinaria-e-organizacao-de-casa-a-meninas-de-4-a-15-anos,10000081544>>. É possível também acessar o site oficial da Escola de Princesas no sítio <<http://escoladepincesas.net/ws/>>.

nosso processo de socialização:

O que significa dizer que no ser social que habita em nós há um conjunto de crenças, hábitos e valores que revelam o quanto a sociedade está em cada um de nós. É essa existência social, coletiva, que através das gerações ajudaram e ajudam a produzir crenças, valores e regras que se fazem presentes no nosso comportamento e práticas. [...] O problema é quando essas crenças e valores, constituídos socialmente, são discriminadores e preconceituosos, como aqueles relativos a gênero (MENDES; SILVA, 2010, p. 4).

A socialização leva, por conseguinte, a essa acentuação da dicotomia entre homens e mulheres e da hierarquização de posições sociais, o que contribui sobremaneira para a violência contra a mulher. É evidente que urge repensar o papel das instituições, como a família, a escola, a religião e o Estado, como espaços educativos no processo de “construção e desconstrução de hierarquias e estereótipos de gênero” (MENDES; SILVA, 2010, p. 3), “pois, tanto as religiões, no princípio, quanto as ciências médicas, posteriormente, contribuíram para a criação de inúmeros argumentos que sustentam os privilégios masculinos em diferentes sociedades” (MENDES, 2012, p. 123).

Também há que se pensar no papel da própria mulher que, ao corroborar, reforçar e às vezes até impor como o filho de cada gênero deve se comportar, colaboram para a “desigualdades de gênero hierarquizando as posições sociais de cada sexo na sociedade” (MENDES; SILVA, 2010, p. 4).

A mudança de paradigma

Para atingir eficácia social, as campanhas e leis que visam a proteção da mulher precisam ser acompanhadas de mudanças de padrões no que tange à educação e consequente socialização dos indivíduos. Tal transformação deve começar na educação mais basilar:

[...] a conscientização da natureza histórica da desigualdade de gênero precisa ser trabalhada desde o início do ensino escolar, já que a desigualdade de gênero somada à ordem patriarcal vigente são alguns dos ingredientes que, unidos ao sentimento de culpa inculcado historicamente na psique das mulheres, contribuem para a perpetuação das relações desiguais de poder que acabam por acarretar em violência (PINAFI, 2007, p. 8).

Somado a isso, os paradigmas que circundam a violência de gênero precisam ser revertidos. Quando se pensa em gênero estabelece-se uma ligação com as mulheres, como se a questão e a luta fossem tão somente relacionada a elas. Consequência disso é apontada por Katz (2012):

Essa é uma das maneiras de os sistemas dominantes se manterem e se reproduzirem, ou seja, é como dizer que o grupo dominante raramente é desafiado a pensar sobre sua dominância, porque essa é uma das características-chave do poder e privilégio, a habilidade de não ser examinado, a falta de introspecção, de fato, tornando-se invisível, em grande medida, no discurso que é primariamente sobre nós.

Há que se pensar ainda sobre a posição de adversárias que se propaga entre as mulheres. A mensagem de que as mulheres são as suas piores inimigas é reforçada cotidianamente e proliferada nas culturas de massa.

Nos últimos anos, houve grande proliferação de músicas e frases de efeito que falam sobre supostas “recalcadas”: mulheres que não aguentam o sucesso das outras e, por isso, fazem de tudo para destruir essas conquistas – ou copiá-las. Muitas se sentem pessoalmente prejudicadas por figuras assim, sem perceberem que podem, também, ser consideradas recalçadas por outras mulheres (ARRAES, 2015, s/p).

Incita-se a rivalidade, encoraja-se a comparação e a competição. Cria-se um clima de desconfiança, as mulheres enxergam a outra como um inimigo a ser combatido e superado, razão pela qual, muitas vezes, ficam receosas em construir laços de amizade e cumplicidade entre si. O estereótipo arraigado em nossa sociedade de que toda mulher é fofoqueira, invejosa, falsa, manipuladora e desleal leva ao distanciamento entre os pares e ao enfraquecimento dos movimentos em prol dos direitos das mulheres, pois se umas não confiam nas outras não há como se articular um trabalho em conjunto e, por conseguinte, fortalecem-se as condutas hostilizadoras da mulher.

As consequências de comportamentos que estimulam ou reproduzem a competição e desconfiança entre mulheres são severas, pois geram prejuízos na autoestima e autoimagem de meninas e faz com que cresçam cercadas pelo receio de serem expostas, ridicularizadas ou julgadas. A amizade, que deveria criar laços afetivos de bem-estar, deixa de ser algo positivo e recompensador para se transformar numa constante tentativa de evitar a exclusão. De tão naturalizados, casos assim são muito impactantes para a personalidade e vivência das mulheres (ARRAES, 2015s/p).

Os papéis da mídia e das culturas de massa devem ser questionados, “se tantas garotas ‘sabem’, desde tão pequenas, que não devem confiar umas nas outras, é porque estão aprendendo em algum lugar a pensar e agir desse modo” (ARRAES, 2015, s/p). É possível constatar a veracidade disso por meio de diversos vídeos e mesmo em situações do cotidiano de meninas, que estão formando seu caráter e juízos de valor, que propagam, difundem, mas principalmente internalizam o que se canta, incorporando em seu consciente e subconsciente essa ideologia.

Disso advêm diversas perturbações, como sensação de inferioridade e baixa autoestima, que da mesma forma contribuem para a violência de gênero, pois a mulher sente que deve ficar restrita ao seu papel de “rainha do lar” e “santa mãe” e a aceitar a culpa pelos mais diversos “pecados” do mundo.

Acerca dessa submissão “implantada” na alma feminina, Bourdieu aponta que:

[...] é preciso assinalar não só que as tendências à 'submissão', dadas por vezes como pretexto para 'culpar a vítima', são resultantes das estruturas objetivas, como também que essas estruturas só devem sua eficácia aos mecanismos que elas desencadeiam e que contribuem para sua reprodução. O poder simbólico não pode se exercer sem a colaboração dos que lhe são subordinados e que só se subordinam a ele porque o *constroem* como poder (BOURDIEU, 2012, p. 52).

É inquestionável essa tendência em se culpabilizar e pôr em foco a vítima e seu comportamento. Quando os casos de vio-

lência ocorrem, as perguntas e afirmações que se fazem giram em torno da vítima e geralmente são as seguintes: por que ela se vestiu dessa forma? Por que estava sozinha com tantos homens? Por que ela ainda continua com ele? Deve gostar de apanhar. Se não gostasse, já o tinha largado. Em situações de violência doméstica, segundo o Ipea, 65% dos entrevistados concordam com a frase “mulher que é agredida e continua com o parceiro gosta de apanhar”, bem como nos casos de agressão sexual, para o que 58,5% dos que responderam à pesquisa concordam que “se as mulheres soubessem como se comportar, haveria menos estupro”:

A violência parece surgir, aqui, também, como uma correção. A mulher merece e deve ser estupro para aprender a se comportar. O acesso dos homens aos corpos das mulheres é livre se elas não impuserem barreiras, como se comportar e se vestir “adequadamente”. Muitas autoras defendem que vivemos no Brasil uma “cultura do estupro”, na qual se tolera e muitas vezes se incentiva a violência sexual contra as mulheres, com a vítima culpabilizada pelo ocorrido, por causa do ambiente frequentado, da roupa que usava, ou do seu comportamento (IPEA, 2014, p. 23-24).

A religião tem papel importante nessa perpetuação de ideais. O exemplo de Costanza (*apud* JALES, 2013), já citado anteriormente, que diz defender a Igreja, não é isolado. Outro caso de grande repercussão foi do Procurador da República Douglas Ivanowski Kirchner, que durante 5 meses agrediu física e verbalmente sua cônjuge, privando-a de liberdade, alimentação e higienização na Igreja Evangélica Hadar, com a pastora dessa instituição. No Processo Administrativo Disciplinar (PAD)

movido contra o Procurador, relata-se que a pastora surrou a vítima com cipó na frente de Kirchner, que nada fez, tendo ele mesmo agredido a esposa com cintadas e bofetadas. Lê-se no PAD:

Com o consentimento de seu cônjuge, quedou-se “em disciplina” na Igreja, onde T.S.A. ficava trancada no quarto ou no alojamento, sem poder participar das atividades da Igreja; nenhum outro membro da organização religiosa poderia lhe dirigir ordinariamente a palavra. [...] era humilhada e ridicularizada perante e pelos outros membros da Igreja como exemplo de má esposa, inclusive chamada de prostituta pela “pastora”, na presença do acusado; passou a se sentir suja e errada; ficou anêmica e o acusado, influenciado pela pastora, não comprava medicamentos (CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, 2016, p. 3-4).

A pastora não só praticou como também incitou a violência e reforçou conceitos como “boa esposa”. Esse é um exemplo de caso em que o direcionamento religioso instiga comportamentos violentos e dominadores, o que ocorre nas mais variadas religiões, crenças e credos.

Outra instituição que vale aqui citar é a escola, primordial para a formação pessoal e relacional de crianças e adolescentes. Descreveu-se nesse trabalho o sucedido nas escolas públicas de São Paulo. Fatos como esse demonstram uma falha dessas organizações em instruir seus alunos em questões ligadas a gênero e sexualidade, gerando desde logo um cenário de discriminação e exclusão que se perpetua na vida desse indivíduo que está ainda em fase de construção de sua identidade:

Educação sexual tem que deixar de ser tabu e a igualdade de gêneros deve ser uma das pautas mais importantes. Pais e professores têm que parar de se valer do ditado “segurem suas cabras que meu bode está solto”. Crianças que aprendem que todos têm direitos, deveres e oportunidades iguais serão adultos que irão respeitar o outro e nunca protagonizar episódios lamentáveis como esses que acontecem nas escolas. Não adianta ensinar sobre a importância de se usar camisinha e não orientar sobre como as pessoas devem se relacionar. Ao fechar os olhos para essas questões, estamos criando adultos mal informados, preconceituosos e machistas (PEREIRA, 2015 s/p).

É preciso que a escola tome para si esse encargo e, juntamente com os pais e a comunidade, desmistifique as questões relacionadas a gênero. É preciso que se abram nos ambientes escolares discussões acerca disso para que se quebrem tabus, orientar os homens para se extinguir a ideia de masculinidade ligada a poder e controle e as mulheres para que entendam que são livres e devem ter as mesmas liberdades de opção que os homens, que expor pejorativamente a “coleguinha” por conta do número de parceiros que ela teve/tem e achar normal comportamentos abusivos de meninos com a justificativa de “pode porque é homem” não são mais comportamentos aceitáveis.

Ainda é preciso atentar ao fato que a questão não é ligada à classe social e se espalha por todas elas, ignorando se as vítimas ou agressores possuem maior ou menor grau de instrução. A violência de gênero só pode ser combatida criando-se mecanismos contra o que Piovesan e Pimentel (2017, s/p) chamam de “cultura da

violência contra a mulher”:

A violência contra a mulher alimenta-se da “cultura da violência contra a mulher”. Por consequência, o efetivo combate à violência contra a mulher requer o combate à “cultura da violência contra a mulher”, fomentada pela injustiça cultural dos preconceitos, estereótipos e padrões discriminatórios, que constroem a identidade de homens e mulheres, atribuindo-lhes diferentes papéis na vida social, política, econômica, cultural e familiar.

A autora apresenta como uma solução a essa problemática a educação em direitos humanos, a qual, aliás, já encontra vazão em alguns institutos internacionais:

Em face da crescente intolerância e fortalecimento do discurso do ódio, em que avançam doutrinas de superioridade baseadas em diferenças (sejam de gênero, origem, nacionalidade, raça, etnia, diversidade sexual, idade, dentre outras), a diferença passa a ser tomada como fator a aniquilar direitos. Daí a importância da educação em direitos humanos, inspirada nos princípios da igualdade, da dignidade, da inclusão e da não discriminação, conforme a Declaração da ONU sobre Educação em Direitos Humanos de 2011. Para a Unesco, o processo educacional deve ser orientado por valores, atitudes e habilidades voltadas ao pleno desenvolvimento da personalidade humana, com vistas à criação de uma cultura de respeito aos direitos humanos; ao senso de dignidade; à promoção do diálogo, tolerância e igualdade de gênero. Para a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, a educação é essencial para a promoção dos direitos humanos, da igualdade de gênero, da cultura da paz e da não violência e da valorização da diversidade. Afinal, o combate à cultura da negação e violação a direitos requer o fortalecimento da cultura da afirmação e

promoção de direitos, sobretudo do mais essencial direito ao respeito e à dignidade.

Faz-se necessária a compreensão de que a desconstrução de convicções tão arraigadas no seio da sociedade e internalizadas em cada um de seus atores levará um longo tempo para ocorrer, “porém, não seria utópico acreditar em sua finitude, na medida em que o que se construiu socio-historicamente pode ter seu caminho refeito em outra perspectiva” (PINAFI, 2007, p. 7). Além disso, deve-se ter em mente que essa tarefa não é privativa do Estado, mas de todos enquanto membros de uma comunidade; na denominação de Katz (2012) espectadores⁵. Cada instituição, seja ela religiosa, educacional, familiar, deve assumir seu papel e tomar a sua responsabilidade para reverter os casos de violência de gênero tão presentes no nosso cotidiano e amplamente divulgados nos mais variados meios de comunicação. Deve-se lutar para que a mudança se efetive, conscientizar-se da responsabilidade:

Faz-se urgente a compreensão, por parte da sociedade como um todo, de que os Direitos das Mulheres são Direitos Humanos, e que a modificação da cultura de subordinação calcada em questões de gênero requer uma ação conjugada, já que a violência contra a mulher desencadeia desequilíbrios nas ordens econômica, familiar e emocional (PINAFI, 2007, p. 7).

Nesse mesmo sentido é o discurso de Katz (2012), que salienta ser necessária a união de homens e mulheres para que esse quadro se reverta. Tem-se que quebrar o tabu de que homens e mulheres estão em

lados opostos:

A abordagem do espectador é tentar fornecer às pessoas ferramentas para interromperem esse processo e para se manifestarem e criarem um clima de parceria, onde o comportamento abusivo seja visto como inaceitável, não apenas porque é ilegal, mas porque é errado e inaceitável na cultura de parceria. (KATZ, 2012).

É preciso, outrossim, criar uma cultura de parceria, desfazer a guerra dos sexos, deixar de estereotipar comportamentos e de reforçar os discursos preconceituosos. Sobre esse binário que se criou entre homens agressores e mulheres vítimas, Ceruti (2007, p. 7) infere:

Não se trata de negar que as vítimas existam, mas sim de interrogar o quanto o discurso articulado em uma lógica binária de opostos – forte/fraco, vítima/agressor – acaba por perpetuar aquilo que se visa combater: a visão da mulher como um ser fraco e vulnerável, que necessita de proteção.

Essa cultura de parceria demanda, ainda, a ruptura com a violência simbólica e conforme explica Bourdieu:

[...] a revolução simbólica a que o movimento feminista convoca não pode se reduzir a uma simples conversão das consciências e das vontades. Pelo fato de o fundamento da violência simbólica residir não nas consciências mistificadas que bastaria esclarecer, e sim nas disposições modeladas pelas estruturas de dominação que as produzem, só se pode chegar a uma ruptura da relação de cumplicidade que as vítimas da dominação simbólica têm com os dominantes com uma trans-

⁵ Entende-se por espectador qualquer pessoa que não seja um agressor ou uma vítima em determinada situação (KATZ, 2012).

formação radical das condições sociais de produção das tendências que levam os dominados a adotar, sobre os dominantes e sobre si mesmos, o próprio ponto de vista dos dominantes. A violência simbólica não se processa senão através de um ato de conhecimento e de desconhecimento prático, ato este que se efetiva aquém da consciência e da vontade e que confere seu 'poder hipnótico' a todas as suas manifestações, injunções, sugestões, seduções, ameaças, censuras, ordens ou chamadas à ordem. Mas de uma relação de dominação que só funciona por meio dessa cumplicidade de tendências depende, profundamente, para sua perpetuação ou para sua transformação, da perpetuação ou da transformação das estruturas de que tais disposições são resultantes (particularmente da estrutura de um mercado de bens simbólicos cuja lei fundamental é que as mulheres nele são tratadas como objetos que circulam de baixo para cima) (BOURDIEU, 2012. P. 54-55).

Portanto, pode-se averiguar que a construção de uma sociedade que fomenta a violência de gênero advém de comportamentos aprendidos e repassados pelas instituições supracitadas, e a desconstrução desses mesmos aprendizados de modo a permitir a inserção de uma cultura de respeito e valorização da mulher deve partir desses mesmos lugares, através dos mecanismos trabalhados ao longo desse capítulo.

Considerações finais

O artigo se propôs a estudar e discutir de que modo as próprias mulheres, ainda que inconscientemente, concorrem para a violência de gênero. Dentro desse contexto, verificou-se a construção histórica desse cenário e sua perpetuação, através do que Bourdier e Saffioti chamam de 'violência simbólica'. Restou claro que a

contribuição das instituições nas quais homens e mulheres estão inseridos desde o nascimento – família, religião, escola e mídia – têm papel fundamental tanto para fomentar quanto para modificar essa concepção sociocultural de inferioridade e desvalorização da mulher, mormente através da educação.

Assim, para que as políticas públicas, as leis e campanhas que trabalham com a violência de gênero tenham impacto, eficácia e efetividade, primeiro deve-se mudar os estereótipos arraigados de papéis restritos e exclusivos de homem e de mulher, começando essa transformação na infância, desconstituindo essa divisão acirrada entre meninos e meninas.

A participação de instituições como a escola, a religião e os veículos de comunicação em massa, todas formadoras de opinião, é crucial. A escola e a religião são as que juntamente com a família formam os conceitos basilares de moral e ajudam a incutir nas crianças e jovens valores, a moldar seu senso crítico e como eles enxergam o mundo que os rodeia. Os veículos de comunicação influenciam o comportamento e, portanto, têm que ter um cuidado especial com o que estão divulgando e qual a mensagem que está sendo passada. Uma música não é só uma música, ela carrega consigo significado para quem as ouve.

O lugar comum de que mulheres são rivais, as piores inimigas entre si, é outro ponto que deve ser eliminado. A inimizade tão apregoada deixa as mulheres inseguras e mais suscetíveis a agressões. A união feminina, não para enfrentar os homens como muitas pessoas pensam, mas sim para construir uma rede de apoio mútuo,

para partilhar experiências e compreender a importância de cada qual na construção de uma sociedade mais igualitária. As comparações descabidas entre meninas/mulheres de qual é a mais bonita, a mais desejada, a mais inteligente, devem ser desencorajadas, bem como as competições de qual é melhor em virtude de seu comportamento e atitudes. Ao contrário, deve-se exaltar a singularidade de cada qual e que isso é justamente o que a faz ser valorizada.

Esses são os pontos considerados mais limitantes no que diz respeito às questões de gênero. São as lacunas sociais que fazem com que as leis, as campanhas, as políticas tenham aplicabilidade, mas não uma completa aceitação e cumprimento. Nas palavras de Pinafi (2007, p. 7), “não basta que haja um ordenamento que tenha vigência jurídica, mas não tenha vigência social, isto é, que não seja aceito e aplicado pelos membros da sociedade”. E para que se dê a eficácia social no que tange à prevenção da violência de gênero é necessário que haja profundas mudanças culturais e sociais, que se construa uma nova concepção estrutural ideológica não limitante e restritiva como a vigente. É claro que não se pode pensar em uma transformação desse porte da noite para o dia, é um trabalho, como se diz, de formiguinha, mas não impossível, desde que cada qual assuma a sua quota de responsabilidade.

Não se deseja de forma alguma a eliminação das diferenças entre homens e mulheres, pois não há dúvidas e se é inquestionável há sim desigualdades físicas e biológicas, porém no que tange à formação psíquica e moral, essas se fazem através da educação, de influências e exemplos dos vários atores sociais em qual o sujeito

está inserido e, portanto, é nesse sentido que se pautam as mudanças apontadas ao longo deste trabalho. Nesse sentido vale a reflexão sobre as palavras de Maria Berenice Dias (2010, s/p):

No momento em que a sociedade entender que igualdade é o respeito à diferença, seremos todos, homens e mulheres, iguais. Estaremos igualmente libertos. A igualdade é o pressuposto da liberdade, sendo esses os requisitos indispensáveis para o desenvolvimento pleno e sadio da família, a qual deve valorar e praticar a solidariedade e o afeto, elementos estruturantes do ser humano.

O respeito às diferenças é requisito obrigatório para o combate à violência de gênero, entender que elas existem e que precisam ser referenciadas, que cada qual tem uma contribuição diferente, mas de igual importância, sem hierarquia e predominância, são pontos cruciais para não mais haver o nível de tragédia com a qual se convive atualmente.

Por fim, ressalta-se a imprescindibilidade da conscientização de que todos, e não só os homens, têm participação na perpetuação da cultura patriarcal, por conseguinte, na violência simbólica, que oprime as mulheres e estimula a violência de gênero, pois só quando se é ciente e se toma consciência da condição de contribuinte para essa realidade é que se pode pensar em atitudes, articular ações e engajar movimentos que remetam às mudanças concretas e efetivas.

Conclui-se o exposto com as palavras de Paulo Freire: “Quando o homem compreende a sua realidade, pode levantar hipóteses sobre o desafio dessa realidade

e procurar soluções. Assim, pode transformá-la e o seu trabalho pode criar um mundo próprio, seu Eu e as suas circuns-

tâncias” (FREIRE, 1979, p. 30).

Referências Bibliográficas

ARRAES, Jarid. Para as recalçadas, com amor. **Portal Fórum**, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/2015/02/19/para-recalçadas-com-amor/>>. Acesso em: 20 nov. 2016.

BORDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução Maria Helena Kühner. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

CERRUTI, Marta Quaglia. (2007), **Bate-se em uma mulher**: impasses da vitimização. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. doi:10.11606/D.47.2007.tde-12062008-163549. Acesso em: 30 nov. 2016.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. **Processo Administrativo Disciplinar Nº 1.00162/2015-03**. Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público. Requerido: Douglas Ivanowski Kirchner. Relator: Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho. Brasília, DF, 29 mar. 2016.

DIAS, Maria Berenice. **Liberação Masculina**. Rio Grande do Sul, 2010. Disponível em: <<http://www.mariaberenice.com.br/artigos.php>>. Acesso em: 26 nov. 2016.

DIAS, Maria Berenice. **Nem Marias, Nem Madalenas**. Rio Grande do Sul, 2015. Disponível em: <<http://www.mariaberenice.com.br/artigos.php>>. Acesso em: 26 nov. 2016.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. 12ª Edição - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IPEA. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Tolerância social à violência contra as mulheres**. Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República: Brasília, DF: Ipea, 2014.

JALES, Luanna. **“Casada e submissa” – Best Seller fala sobre o papel da mulher na sociedade**. 2013. Disponível em: <<http://fashionatto.literatortura.com/2013/12/09/casada-e-submissa-best-seller-fala-sobre-o-papel-da-mulher-na-sociedade/>>. Acesso em: 29 nov. 2016.

KATZ, Jackson. (Novembro de 2012), **Violence against women – it's a men's issue**. In: TEDXFIDWOMEN, 2012. Disponível em <http://www.ted.com/talks/jackson_katz_violence_against_women_it_s_a_men_s_issue?language=en>. Acesso em: 11 nov. 2016.

MENDES, Mary Alves; SILVA, Poliana Sousa. **Gênero, educação e violência**: a influência do processo de socialização e qualificação profissional nas DEAMS. In: ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 6., 2010, Teresina. Teresina: Universidade Federal do Piauí, 2010. Disponível em: <http://leg.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/VI.encontro.2010/GT.6/GT_06_03_2010.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2016.

MENDES, Soraia da Rosa. **(Re)pensando a criminologia**: reflexões sobre um novo paradigma desde a epistemologia feminista. 2012. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

PEREIRA, Mariliz. Segurem suas cabras que meu bode está solto. **Revista da Folha de São Paulo**, São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/saopaulo/2015/06/1638192-segurem-suas-cabras-que-meu-bode-esta-solto.shtml>>. Acesso em: 28 nov. 2016.

PINAFI, Tânia. Violência contra a mulher: políticas públicas e medidas protetivas na contemporaneidade. **Revista Histórica**, n. 21, abr./maio 2007. Disponível em: <<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao21/materia03>>. Acesso em: 4 nov. 2016.

PIOVESAN, Flávia. PIMENTEL, Sílvia. Combate à cultura da violência. **O Globo**, 17 ago. 2017. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/opiniao/combate-cultura-da-violencia-21714083>>. Acesso em: 5 jan. 2019.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**, n. 16, p. 115-136, 2001.

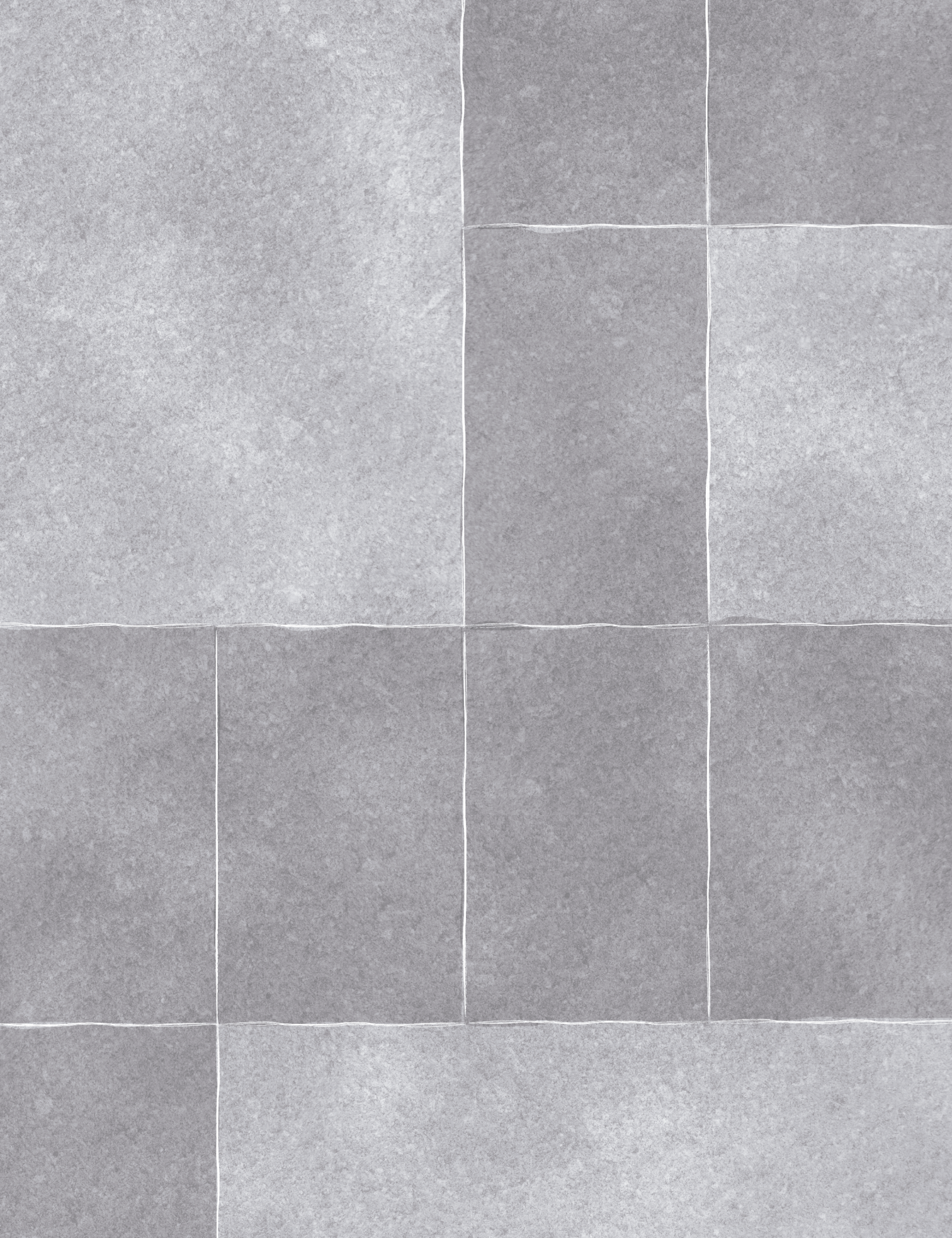
SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Expressão Popular, 2004.

SÁNCHEZ, Jesús Alfredo Whaley. **1Violência Intrafamiliar**: Causas, Biológicas, Psicológicas, Comunicacionais e Interaccionales. Madrid: Plaza Y Valdés, 2001.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

WEIS, Luiz. Aristóteles – Máquina de pensar. **SuperInteressante**, 1990. Disponível em: <<http://superabril.com.br/historia/aristoteles-maquina-de-pensar/>>. Acesso em: 4 nov. 2016.

ZAHIR, I. Italiana escreve livro sobre submissão feminina: “A mulher tem que ser doce para que o homem sinta o desejo de dar a vida por ela”. **Marie Claire**, 2013. Disponível em: <<http://revistamarielaire.globo.com/Comportamento/noticia/2013/12/italiana-escreve-livro-sobre-submissao-feminina-mulher-tem-que-ser-doce-para-que-o-homem-sinta-o-desejo-de-dar-vida-por-ela.html>>. Acesso em: 4 nov. 2016.





**FÓRUM BRASILEIRO DE
SEGURANÇA PÚBLICA**